



**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador LUCAS BARRETO

**PROJETO DE LEI Nº , DE 2021**

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para incluir crime de fraude na inoculação de imunizante ou outro medicamento.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** O Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, passa a vigor com a seguinte redação:

“**Art. 268-A.** Fraudar ou simular a inoculação de imunizante ou qualquer outro medicamento ou fazê-lo em desacordo com as normas técnicas exigidas.

Pena – reclusão de 2 a 5 anos, se o fato não constitui crime mais grave.

Parágrafo único. A pena é aumentada de um terço se ação ocorre durante campanha de vacinação, assim definida por órgão federal, estadual ou municipal de saúde.” (NR)

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSTIFICAÇÃO**

A pandemia do Coronavírus que assola o mundo, responsável por milhões de mortes, resultou em uma corrida incessante por medicamentos que possam frear a contaminação ou para curar ou aliviar sintomas da Covid-19 que, no Brasil, até o final de 2021, deve ser a responsável pela morte de mais de 300 mil pessoas.



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador LUCAS BARRETO

O desenvolvimento de vacinas em tempo recorde fez ressurgir a esperança de dias melhores para todos. O esforço dos cientistas e das autoridades mundiais para permitir a imunização e tratamento da população é algo jamais visto e sem qualquer precedente.

Contudo, pelo menos no Brasil, conflita com o desejo de mudar o panorama da doença, a massificação e informações falsas sobre a eficácia dos imunizantes disponíveis, aprovados pelas autoridades de saúde, que vêm resultando em condutas absolutamente repugnantes de algumas pessoas, que simulam a inoculação de vacina, atitude que não tem amparo em qualquer argumento razoável.

A consequência da falsa imunização, especialmente no contexto de uma pandemia, pode ser até mesmo a morte da pessoa que, achando-se protegida, acaba por se expor e ser contaminada, além de expor outras pessoas ao mesmo perigo.

A construção de soluções jurídicas para a criminalização desta conduta é medida necessária, sobretudo no momento que vivemos, que, muito embora possa ser construída – e questionada –, não há consenso sobre sua adequação aos tipos já existentes, vista sob a ótica do princípio da reserva legal, consagrado no art. 5º, XXXIX, da Constituição Federal, e no art. 1º do Código Penal, para o qual “Não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem previa cominação legal”.

Assim, o princípio da reserva legal proclama o monopólio e a exclusividade da lei penal para criar crimes e cominar penas, pois a lei, somente ela, é a fonte formal imediata do Direito Penal.

A proposição ora apresentada, que também considera o imunizante (a vacina) como medicamento, visa alcançar a conduta de fraudar ou simular a inoculação de imunizante ou qualquer outro medicamento, situação que vem se repetindo com grande frequência pelo Brasil, por razões distintas, inclusive políticas. Muito mais grave, ainda, é perceber que, tendo a imunização iniciado pelos grupos de maior risco de morte, especialmente os idosos, são eles os mais afetados, pelo menos neste momento.



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador LUCAS BARRETO

A pena proposta está dentro da razoabilidade, considerando os demais delitos contra a saúde pública, destacando a previsão de adequação da conduta a outro tipo penal, caso ela resulte em crime mais grave.

A proposição prevê, ainda, a forma majorada, caso ocorra durante campanhas de vacinação, assim definidas pelos órgãos de saúde federal, estadual ou municipal.

O agravamento, no caso de o crime ocorrer contra idosos ou grupos vulneráveis, já encontra previsão nas disposições do art. 61, do CPB, que cuida das agravantes genéricas.

Dessa forma, contamos com a aprovação deste projeto por parte dos ilustres Parlamentares.

Sala das Sessões,

Senador LUCAS BARRETO  
PSD-AP



SF/21182.61115-15